

Por Bruna Chieco

A boa regulação da previdência complementar fechada deixou de ser apenas normativa. Essa foi a tese defendida pelo Diretor-Presidente da Abrapp, Devanir Silva, durante sua participação no 15º Congresso Brasileiro de Atuária, promovido pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) nesta quinta-feira, 13 de agosto. Para ele, a regulação do setor precisa se apoiar em quatro pilares: ser inteligente, preventiva, baseada em evidências, e proporcional.

Sua fala compôs o painel “Regulação 360º: A Integração entre Dados, Riscos e Inteligência Atuarial nos Mercados Supervisionados de Previdência”, que teve mediação de Natalia Moreira, Diretora de Previdência do IBA, e reuniu, além de Devanir Silva, Ricardo Pena, Diretor-Superintendente da Previc; Arthur Pires, Presidente da Apep; e Marcel Barros, Presidente da Anapar.

“A digitalização da economia, a explosão dos volumes de dados, o avanço da inteligência artificial e a crescente sofisticação dos riscos exigem uma nova forma de pensar a supervisão”, destacou Devanir. A regulação inteligente, portanto, é orientada por dados e análise avançada, e deve prever riscos antes que eles se materializem. Além disso, decisões devem ser fundamentadas em informação de qualidade, de acordo com os riscos reais de cada entidade.

“Não estamos falando apenas em tecnologia, estamos falando de confiança, o principal ativo da previdência complementar”, pontuou. “Nosso convívio é com os riscos tradicionais, de mercado, de crédito, risco atuarial, mas agora temos novos riscos emergentes”, continuou Devanir.

Ele alerta ao fato de que as EFPC devem observar riscos cibernéticos, como vazamento de dados e ataques digitais; riscos climáticos, que são os impactos físicos e de transição nos portfólios; e riscos reputacionais, como exposição pública e perda de confiança. Nesse contexto, Devanir defendeu que o setor precisa evoluir também na forma como se comunica com a sociedade, adotando uma linguagem cada vez mais clara, objetiva e simples, capaz de ser compreendida pelas pessoas.

Um novo ponto de atenção levantado foi o risco de terceiros e da própria inteligência artificial, decorrentes da dependência de fornecedores externos e do uso de algoritmos que não são supervisionados. Para ele, esse cenário mostra que uma visão fragmentada de regulação perdeu eficácia.

“Nós precisamos de uma visão integrada e uma verdadeira regulação 360 graus. Eu vejo que o desafio não é simplesmente produzir dados, é transformá-los em inteligência”, destacou Devanir. “Quem consegue transformar dados em conhecimento reduz incertezas”, afirmou, associando esse processo a decisões mais rápidas, identificação precoce de problemas e monitoramento contínuo de riscos.

IA apoia a gestão - Sobre o uso da inteligência artificial no setor, Devanir Silva foi direto: “a inteligência artificial não substitui o gestor, ela amplia sua capacidade de decisão”. Para ele, a decisão fiduciária permanece humana, e a responsabilidade contínua deve ser dos administradores.

Nesse equilíbrio, Devanir defendeu que a regulação do setor precisa conciliar quatro frentes: inovação, proteção ao participante, segurança jurídica e eficiência operacional. “Temos uma base de dados uma base consolidada, seja de governança, uma regulação madura, temos profissionais qualificados, temos uma cultura de gestão de riscos. Mas novas competências devem incorporar a ciência de dados, a IA responsável, a cibersegurança, o analytics e a gestão integrada de informação”, detalhou.

“A tecnologia muda a velocidade das decisões, a governança define sua qualidade e a confiança permanece sendo o maior patrimônio da Previdência Complementar”, completou. O 15º Congresso Brasileiro de Atuária segue até esta sexta-feira, 14 de agosto, com o tema central “Risco, Dados e

Inteligência: o Papel Estratégico do Atuário na Sociedade Brasileira”.

Fonte: Abrapp em Foco, em 13.08.2026